

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 4/2023 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023

Espelho - Emenda ao Texto da Lei

TIPO AUTOR
Comissão

EMENTA

Contemplar as despesas constantes do plano de aplicação de que trata o art. 9º do decreto-lei 1.437, de 17/12/1975.

TIPO DA EMENDA ADIÇÃO REFERÊNCIA

Aditiva Antes Corpo da Lei, Cap XII, Art 164

TEXTO PROPOSTO

"Art.163-A . O Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e a respectiva Lei deverão contemplar as despesas obrigatórias constantes do plano de aplicação de que trata o art. 9º do decreto-lei 1.437, de 17/12/1975."

JUSTIFICATIVA

O inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal estabelece que as administrações tributarias terão, por sua essencialidade ao funcionamento do Estado, recursos prioritários para a realização de suas atividades.

Essa alocação prioritária se materializa, dentro do Executivo, com a edição da Portaria MF Nº727, de 12 de julho de 2023, por meio da qual o Ministro de Estado da Fazenda determinou a inclusão na Lei Orçamentária Anual de 2024 das previsões orçamentarias constantes do Plano de Aplicação do Fundo instituído pelo Decreto-Lei 1.437, de 17 de dezembro de 1975.

Em que pese tal determinação, há informações confirmadas de que subsetores do Ministério do Planejamento e Orçamento resistem a dar cumprimento à Portaria, desconsiderando sua vigência e colocando em rota de colisão os dois ministérios que trabalham na elaboração da peça orçamentária que chegará ao Congresso Nacional até 31 de agosto de 2023.

Desta forma, para pacificar as relações e fazer cumprir os ditames constitucionais, roga-se ao Poder Legislativo, por meio da emérita relatoria do PLDO, que se acolha o texto acima reproduzido de modo a robustecer a determinação ministerial, em convergência com o mandamento constitucional supramencionado.

 Autor(a):
 5017 - Com. Finanças e Tributação
 Alteração:
 07/11/2023 à(s) 19:30:56h

*IMPORTANTE: Este relatório é apenas para conferência na fase de Elaboração e não tem valor como comprovante de entrega.

Emissão: 07/11/2023 às 19:31:24h (Proposta inicial do Executivo) (3EM004) Página 3 de 5